

REORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESSIGNIFICAÇÕES DOCENTES: UM OLHAR SOBRE O ENSINO MÉDIO GAÚCHO EM TEMPO INTEGRAL

Camila de Castro Guerreiro¹
Alexsandro Oliveira²
Fabiane Escouto Mirapalheta³
Lilian de Aguiar Dutra⁴
Natália Garcia Guerreiro Gower⁵
Mariângela da Rosa Afonso⁶

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio brasileiro vem sendo atravessado, nas últimas décadas, por uma série de transformações que redimensionam tempos, espaços e modos de ensinar. Reformas como a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, e a instituição do Novo Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017 - posteriormente revista pela Lei nº 14.945/2024 - desencadearam um conjunto de reconfigurações curriculares que repercutem diretamente sobre o trabalho docente. Essas políticas, ainda que apresentem discursos de modernização e inovação pedagógica, vêm provocando tensões e redefinindo as práticas no interior da escola, especialmente no que se refere à identidade profissional dos professores.

No Rio Grande do Sul, essas mudanças se materializam na criação do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral (EMGTI), implementado de forma gradativa a partir de 2017, dentro da Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Inspirado no Modelo da Escola da Escolha, proposto pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), o EMGTI propõe ampliar o tempo escolar, promover a formação integral e inserir componentes inovadores, como Projeto de Vida, Mentoria e Estudos Orientados. Contudo, a mesma política que amplia tempos e espaços de aprendizagem também amplia o campo de exigências para o professor, que

¹ Doutoranda em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas - RS, camila.edufis@gmail.com;

² Pós-graduado em Educação Integral e Orientação Educacional pela Faculdade São Luis - SP, alexandro-oliveira@educar.rs.gov.br;

³ Pós-graduada em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade São Luis - SP, fabiescouto@gmail.com;

⁴ Pós-graduada em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande - RS, lyka_dutra@hotmail.com;

⁵ Mestranda Educação pela Universidade Federal do Rio Grande - RS, guerreironati@gmail.com;

⁶ Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora titular na Universidade Federal de Pelotas - RS, mrafonso.ufpel@gmail.com.



passa a ser convocado a ocupar novos lugares dentro da escola, em uma lógica de trabalho que se reestrutura a partir da interdisciplinaridade e da corresponsabilidade.

No contexto da pesquisa em tela, busca-se analisar as implicações da reorganização curricular do EMGTI na prática e na identidade docente, compreendendo que o processo de implementação desse modelo provoca deslocamentos significativos no fazer pedagógico e exige do professor um constante movimento de ressignificação de seus saberes. Parte-se da compreensão de que o currículo não é apenas um documento prescritivo, mas um campo de disputas simbólicas e práticas, onde se negociam sentidos sobre o ensinar e o aprender.

METODOLOGIA

A investigação adota uma abordagem qualitativa, ancorada na análise documental, compreendida aqui como um processo interpretativo que ultrapassa a simples leitura de registros. Como destacam Lüdke e André (2013), os documentos são expressões carregadas de significados sociais, e sua análise possibilita captar tanto o discurso normativo das políticas quanto as lacunas e silêncios que as atravessam.

O corpus da pesquisa inclui o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (REGEM) (RS, 2021), as matrizes curriculares estaduais de 2022 a 2025, os cadernos de Itinerários Formativos e os documentos orientadores do ICE (2022), que descrevem as chamadas Metodologias de Êxito. Também foram considerados documentos institucionais da escola investigada - como planos de curso e registros pedagógicos -, buscando compreender como as orientações oficiais ganham materialidade no cotidiano escolar.

A análise seguiu as etapas propostas por Bardin (2016): a pré-análise, com leituras flutuantes e formulação de hipóteses; a exploração do material, em que se identificaram unidades de sentido e categorias de análise; e o tratamento e interpretação, realizado à luz de Tardif (2014) e Nóvoa (2009). A partir desse processo emergiram três eixos interpretativos: a reorganização curricular e seus impactos sobre a docência; os novos papéis assumidos pelos professores no contexto do tempo integral; e as tensões entre autonomia, prescrição e valorização profissional.



Assim, mais do que descrever mudanças normativas, a pesquisa busca compreender os sentidos que essas transformações assumem quando atravessam o chão da escola, onde o currículo se faz e se reinventa cotidianamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos permite afirmar que a implementação do EMGTI instaurou uma nova lógica de organização curricular, que altera profundamente o cotidiano docente. A ampliação do tempo escolar e a introdução de componentes interdisciplinares provocam deslocamentos de função e exigem dos professores novas formas de atuação. A Formação Geral Básica (EGB) passa a dividir espaço com os Itinerários Formativos e as Metodologias de Êxito, reorganizando tempos, cargas horárias e responsabilidades pedagógicas.

Observa-se, nos documentos analisados, uma tendência à flexibilização das fronteiras disciplinares, ao mesmo tempo em que se intensifica o controle sobre os resultados e as práticas pedagógicas. Essa ambiguidade cria um cenário de tensão: de um lado, um discurso que valoriza o protagonismo docente e estudantil; de outro, a redução da autonomia frente às prescrições institucionais. Nesse contexto, o trabalho docente se torna atravessado por novas demandas (emocionais, relacionais e administrativas) que extrapolam o ato de ensinar.

Os professores são, assim, chamados a mobilizar múltiplos saberes para responder às exigências do modelo: saberes curriculares e disciplinares, mas também saberes experienciais e relacionais (Tardif, 2014). A docência passa a envolver a escuta sensível, o acolhimento e a mediação de projetos de vida, deslocando o foco da transmissão para a construção compartilhada de sentidos. Essa ampliação, contudo, nem sempre é acompanhada das condições institucionais necessárias: a sobrecarga de trabalho, as lacunas formativas e a falta de reconhecimento emergem como desafios que atravessam as escolas e tensionam o ideal de uma educação integral.

O discurso oficial do EMGTI coloca o estudante no centro do processo e o professor como corresponsável pela formação integral, mas, na prática, o que se observa é uma tentativa constante de equilibrar expectativas institucionais e realidades concretas. A escola torna-se um espaço de resistência e (re)invenção, em que os professores reinterpretam as políticas e as transformam em práticas possíveis.



Como destaca Nóvoa (2009), a identidade docente está sempre em construção, nunca finalizada e se refaz nas interações e nos enfrentamentos cotidianos. Assim, os docentes do EMGTI vivem um processo de reconstrução identitária marcado por ambivalências: ao mesmo tempo em que encontram novas possibilidades de atuação, também enfrentam a sensação de deslocamento e incerteza sobre seu lugar no currículo.

Apesar disso, é possível perceber movimentos de criação e de protagonismo docente, especialmente nas Metodologias de Êxito, que favorecem experiências interdisciplinares e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Esses espaços, quando planejados coletivamente, podem se tornar férteis para a produção de saberes compartilhados e para a ressignificação do trabalho pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que a reorganização curricular promovida pelo EMGTI se configura como um processo em construção, permeado por avanços, contradições e resistências. As mudanças curriculares não apenas organizam tempos e conteúdos, mas também redesenham o papel do professor, que passa a atuar como mediador de aprendizagens e sujeito central da construção de sentido pedagógico.

Entretanto, o potencial transformador do modelo só se concretiza quando há condições objetivas de trabalho, formação continuada e reconhecimento institucional. A ampliação do tempo escolar, por si só, não garante uma educação integral, se não for acompanhada de políticas que valorizem os sujeitos que a tornam possível — os professores.

Os resultados apontam que a docência no EMGTI é marcada por um movimento de ressignificação constante, no qual os saberes são construídos nas interações com colegas, estudantes e políticas. Nesse processo, os professores recriam o currículo e imprimem nele suas experiências, reafirmando a escola como espaço de autoria e resistência.

Conclui-se que o EMGTI representa não apenas uma reforma curricular, mas um campo fértil para refletir sobre a profissão docente na contemporaneidade - seus desafios, suas potências e os modos de (re)existir em meio às transformações educacionais. Reconhecer e valorizar os saberes produzidos no chão da escola é



condição fundamental para que a formação integral dos estudantes seja também uma formação integral dos próprios educadores.

Palavras-chave: Reformas Curriculares, Saberes Docentes, Ensino Médio em Tempo Integral.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

LÜDKE, MANDRÉ, M., E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio**. Porto Alegre: SEDUC, 2021.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

